

02

Ata da 153ª Reunião do CEPHA, realizada em 23/04/2014.

Aos vinte e três dias do mês de abril do ano de dois mil e quatorze, às quatorze horas e trinta minutos, foi realizada a 153ª reunião do Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná - CEPHA, na sala de reuniões da Casa Gomm, sede da Coordenação do Patrimônio Cultural - CPC da Secretaria de Estado da Cultura - SEEC, situada na Rua Bruno Filgueira nº.850, em Curitiba - Paraná. Presentes à reunião os Conselheiros Titulares Marcos Venício Alves Meyer, Clóvis Schrappe Borges, Igor Chmyz, Maria da Graça Rodrigues Santos, Marcelo Saldanha Sutil e mais os Consultores, Francisco Adyr Gubert Filho, Gil Francisco Piekarz, José La Pastina Filho, Roberto Benghi Del Claro e Saint-Clair Honorato Santos. Justificaram a ausência os Conselheiros Ana Maria Chiarotti de Almeida, Paulo da Cunha Lana, Humberto Yamaki, Ronie Cardoso Filho, Aleixo W. de Souza, Luiz Marcelo Bertoli de Matos, Celso Fernando de Azambuja Gomes Carneiro, José Carlos Fernandes e Maria Emília Medeiros de Souza. Presentes também a Coordenadora do Patrimônio Cultural Rosina Coeli Alice Parchen, secretária deste Conselho, os arquitetos Carlos Garmatter Netto, Milton de Chueri Karam e o geógrafo Almir Pontes Filho da CPC-SEEC e mais os seguintes convidados: o advogado Nemo Vidal Neto representando a Empresa Multifase - Centrais de Energia do Brasil Ltda., Fernanda F. Borges Oliveira, Luiz Renato Ribas da Silva e Carlos Roberto Zanello de Aguiar. Na ausência do Senhor Secretário de Estado da Cultura, Paulino Viapiana, o Conselheiro Marcos Venício Alves Meyer, Vice-presidente, assumiu a presidência da reunião e passou ao primeiro assunto da pauta: **1. Leitura e aprovação da ata da reunião anterior** que, como já havia sido enviada com antecedência aos Conselheiros, foi aprovada sem ressalvas. Na seqüência, tendo em vista que o Secretário da Cultura chegaria mais tarde, propôs-se uma inversão nos itens da pauta, aprovada pelos Conselheiros. Passou-se então ao segundo assunto da pauta referente à: **2. Apresentação da Proposta de Manejo da vegetação do Parque Estadual de Vila Velha, em Ponta Grossa.** A apresentação foi feita pela Professora e Bióloga Dra. Leila Teresinha Maranhão, da Universidade Positivo. Explicou que são dois projetos. O primeiro deles diz respeito ao **“Manejo da vegetação de campo com o uso do fogo controlado”**, cujo objetivo é conservar os resquícios do campo. Segundo o relato da bióloga, após o início dos trabalhos, nas áreas já tratadas surgiram flores que se desenvolvem por um sistema subterrâneo. Há dois tipos de tratamento, um com fogo e outro com roçada. Em 2009 foi a última ocorrência de fogo natural. O Conselheiro Clóvis Borges perguntou se o tratamento é sobre as nativas e as exóticas? A Professora respondeu que na área de manejo só há nativas. As ações prevêm: 1- O preparo da área; 2 – O envolvimento e participação do Corpo de Bombeiros; 3 – A educação ambiental. Será para todo o Parque, porém realizado em etapas, sendo duas vezes ao ano, levando, portanto, oito anos para ser completado. Disse ainda que se estima a realização deste tratamento de dez em dez anos. O segundo projeto diz respeito ao **“Controle da vegetação junto aos arenitos do Parque Estadual de Vila Velha”**. Existem 35 angicos brancos na 1ª área de estudo. O angico é nativo da região, mas é exótico na área de campo do Parque. Informou ainda que a área coberta por samambaias ficará para uma etapa futura. As manifestações dos Conselheiros La Pastina, Igor Chmyz e Clóvis Borges destacaram a importância em se conhecer o trabalho, a promoção da educação patrimonial ao difundir a relevância dos campos e a prática indígena da queimada dos campos como renovação. A professora Leila alertou que o fogo não controlado coloca em risco as áreas de florestas. La Pastina perguntou sobre a aplicação de produtos químicos para a “destoca”. Leila disse ser um procedimento mais difícil, tendo em vista que as raízes de eucaliptos têm três vezes o tamanho da árvore. A idéia é utilizar plantas que inibem o crescimento de outras. O Conselheiro Clóvis observou que existe uma política, ainda pouco implantada, para pagar a quem preservar áreas naturais, as chamadas RPPN (Reserva Particular do Patrimônio Natural). O Presidente em exercício agradeceu a

&  
★

05

Professora Leila Maranhão pela apresentação. Nesse momento o Secretário de Cultura Paulino Viapiana chegou à reunião, assumindo a presidência dos trabalhos. Passou-se ao terceiro item da pauta referente a: **3. Discussão sobre os elementos apresentados pela empresa Multifase, após a última reunião, relativos ao Processo de Tombamento do Salto Paiquerê, na divisa municipal entre Alto Piquiri e Mariluz.** Paulino Viapiana, fez uso da palavra expondo aos Conselheiros a complexidade do tema relativo a Pequenas Centrais Hidrelétricas-PCHs, o qual envolve diversas áreas do governo e declara ter certeza de que o CEPHA irá refletir com muita cautela a esse respeito. Disse ainda que a implantação dessas PCHs é do interesse do Governo do Paraná para suprir a necessidade de energia elétrica para os próximos anos. Comentou que nos últimos oito anos não foram autorizadas as implantações desses empreendimentos para a geração de energia. No atual governo voltou-se à questão para atender a necessidade do desenvolvimento do Estado. Outra questão sobre este assunto diz respeito ao momento em que foi dado início ao Processo de Tombamento do Salto Paiquerê ser muito posterior à data em que a empresa obteve a autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEL, e nesse sentido já há um passivo, o que certamente gerará um contencioso jurídico. O Presidente pediu aos Conselheiros que ajudem a encontrar uma solução, considerando o que é mais relevante ao Estado, acreditando em um posicionamento justo e que não prejudique as partes envolvidas. Em função do advogado Nemo Vidal Neto ter posicionado que a empresa Multifase ficou impossibilitada de fazer a sua apresentação nesta reunião do CEPHA por motivo de agenda já anteriormente assumida quando do convite para a mesma, o encaminhamento dado a este assunto foi o seguinte. Nesta reunião se apresenta o documento resumo que os técnicos da CPC elaboraram sobre a documentação encaminhada pela empresa Multifase, composta de 5 volumes e 1820 páginas. Na próxima reunião do CEPHA a Multifase fará a apresentação do projeto da PCH Água Limpa e em outra reunião específica será discutido o Tombamento do Salto Paiquerê. O Conselheiro Clóvis fez uso da palavra para lembrar que os órgãos estaduais estão desfalcados em número de técnicos e que os atrasos que ocorrem em liberar empreendimentos não está relacionado a este CEPHA e sim aos órgãos ambientais. O Secretário da Cultura pediu licença para se ausentar tendo em vista compromisso de agenda com o Governador. O Vice-presidente Marcos Venício reassumiu as funções da Presidência e deu continuidade à reunião passando a palavra ao Geógrafo Almir Pontes Filho, da CPC, que apresentou o documento resumo elaborado pelo Setor de Patrimônio Natural da CPC, tendo como base os documentos encaminhados pela empresa Multifase. Após a apresentação foi aberta a palavra aos Conselheiros e aos presentes. O Presidente submeteu aos Conselheiros a apresentação do documento resumo considerando como uma forma de contribuir para os esclarecimentos necessários à solidificação do conhecimento do processo que embasará a decisão futura. O Conselheiro Gil Piekarcz lembrou que com o Tombamento serão traçadas as normativas para a área e entorno, enfatizando que são duas situações, a Cachoeira (Salto Paiquerê) e a PCH. Marcos Venício declarou a importância de registrar neste momento a independência deste Conselho e a lisura de sua conduta que é assim levada há anos. Manifestou-se dizendo repudiar qualquer interferência dentro dessa conduta do Conselho. Afirmou a pertinência e a necessidade das apresentações feitas pelos técnicos da CPC para subsidiar os Conselheiros. E por fim afirmou, após ouvir os Conselheiros, que está deferida a oitiva da Multifase para a próxima reunião do CEPHA. O representante da empresa, Dr. Nemo Vidal Neto pediu a palavra para solicitar que todos os Conselheiros tenham acesso à íntegra do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental-EIA/RIMA e complementa sugerindo que os Conselheiros devam conhecer, *in loco*, o Salto Paiquerê. A Conselheira Maria da Graça usou da palavra para lembrar que esta recomendação é prerrogativa da Presidência, como já foi feita pelo senhor Secretário da Cultura Paulino Viapiana. Comentou ainda que tem conhecimento, como todos os demais Conselheiros, de que todos os documentos sempre

estiveram e estão à disposição do CEPHA. Por fim registra mais uma vez a independência deste Conselho para a tomada das decisões. Encerrado este item da pauta, seguiu-se ao próximo: **4. Apresentação do pedido de extensão do tombamento de uma parcela da área do Jockey Club do Paraná.** Este assunto diz respeito ao pedido de associados do Jockey Club do Paraná para estender a área tombada à área das cocheiras. A arquiteta Rosina Parchen fez um breve relato da atual situação do Jockey, das obras irregulares e do pedido que tem por objetivo garantir uma área para cocheiras, tendo em vista que a atual administração da instituição está negociando as áreas de entorno do tombamento para empreendimentos privados. Na seqüência o Presidente Marcos Venício passou a palavra ao Senhor Luiz Renato Ribas que veio representando os associados que encaminharam o abaixo assinado que solicitou a extensão do tombamento. Luiz Renato explicou que a situação econômica da instituição está muito difícil; que é uma concessão do Ministério da Agricultura; que o Jockey vive dos cavalos; que já houve 1.500 cavalos e que atualmente são apenas 400, o que é motivo para dificultar a organização de corridas; e que se não houver atividade turfística o Jockey não tem razão de existir. Após esta exposição, os Conselheiros argumentaram não haver como preservar uma área para garantir o uso ou atividade, e que a área protegida pelo tombamento preserva além das edificações, as áreas permeadas por elas e a pista, sendo o restante, de proteção ao tombamento, podendo, portanto, receber novos usos e novas edificações, desde que aprovadas pela CPC e demarcadas em mapa específico. Por fim o Conselho não acatou a solicitação, permanecendo o tombamento da área do Jockey Club do Paraná como foi proposto e aprovado. Passou-se ao próximo item, **5. Outros assuntos.** O Conselheiro Roberto Benghi Del Claro externou a sua preocupação relativa ao desaparecimento do Busto (escultura) de Flávio Suplicy de Lacerda do pátio da Reitoria da Universidade Federal do Paraná-UFPR. Solicitou a manifestação da SEEC junto ao Ministério Público do Paraná, à reitoria da UFPR e ao Ministério Público Federal, uma vez que o bem está incluído no rol dos bens tombados pelo Estado do Paraná. Nada mais havendo a constar, o Presidente em exercício, Marcos Venício Alves Meyer, encerrou a reunião e eu Rosina Coeli Alice Parchen, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e pelos demais Conselheiros presentes.